



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS

JADE MARIA OLIVEIRA DA PAZ

O PAPEL DO REVISOR TEXTUAL: uma reflexão discursiva

Recife
2024

JADE MARIA OLIVEIRA DA PAZ

O PAPEL DO REVISOR TEXTUAL: uma reflexão discursiva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Letras na Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli.

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

PAZ, JADE MARIA OLIVEIRA DA .

Fernanda Correa Silveira Galli / JADE MARIA OLIVEIRA DA PAZ. -
Recife, 2024.

35

Orientador(a): Fernanda Correa Silveira Galli

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Letras - Bacharelado, 2024.

1. Revisor textual. 2. Sujeito. 3. Discurso. 4. Análise de Discurso
Francesa. I. Galli, Fernanda Correa Silveira . (Orientação). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

JADE MARIA OLIVEIRA DA PAZ

O PAPEL DO REVISOR TEXTUAL: uma reflexão discursiva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Letras na Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Artur Almeida de Ataíde
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Dedico esta monografia à minha família,
pelo amor e incentivo durante toda a
minha graduação.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, gostaria de agradecer a existência das universidades públicas do Brasil. E, com isso, agradecer as políticas públicas que ajudam a criar ações que possibilitam a expansão da comunidade acadêmica. A UFPE sempre representou um espaço de aprendizado, crescimento, realização pessoal e acadêmica; feliz por fazer parte dessa instituição que me acolheu em momentos felizes e não tão felizes assim. No final de 2019, passei por um momento delicado ao descobrir um tumor ósseo no fêmur, o que me forçou a me afastar da Universidade por alguns meses. Durante esse período, precisei estudar em casa enquanto aguardava a cirurgia. Gostaria de expressar minha gratidão à coordenação do curso de Letras, especialmente à coordenadora, e a meus professores da época, que estiveram em contato comigo ao longo de todo o processo, oferecendo suporte, compreensão e incentivo, o que me ajudou a continuar meus estudos mesmo à distância. Um outro agradecimento especial vai para minha orientadora, Fernanda Galli, que sempre esteve disposta a compartilhar seu conhecimento com seus orientandos. Sua orientação constante me proporcionou um caminho de força e resiliência, incentivando-me a persistir e a acreditar no poder transformador da educação. Sou profundamente grata por sua dedicação e por ter sido uma fonte de inspiração em minha graduação. Agradeço a Artur Ataíde, que aceitou compor minha banca, contribuindo com sua experiência e conhecimento. Sua presença valoriza ainda mais este trabalho, e sou profundamente grata pelo tempo e dedicação dispensados. Esta pesquisa é muito devedora a todas as trocas realizadas nos estágios que fiz ao longo da graduação. Agradeço a todos os coordenadores de estágio que me orientaram da melhor forma possível. Em especial, gostaria de destacar toda a equipe da Secretaria de Programas de Educação Aberta e Digital, que me incentivou a todo momento, proporcionando um ambiente acolhedor e estimulante para meu desenvolvimento. O apoio e a confiança que recebi foram fundamentais para que eu pudesse explorar minhas habilidades e ampliar minha visão sobre a educação e a revisão textual. Além disso, as interações com os colegas de estágio foram enriquecedoras, contribuindo para a construção de um aprendizado colaborativo e significativo. A troca de experiências e conhecimentos foi essencial para moldar minha compreensão sobre a prática da revisão e suas nuances no contexto acadêmico e profissional. Por fim, agradeço a toda minha família (Sônia, Paulo, Gabi, Vovó, Jeff...), que é meu maior suporte. Seu amor incondicional

e apoio constante foram fundamentais em todos os momentos da minha trajetória acadêmica.

“Ler é, então, enxergar o que o texto diz e o que ele não diz, é saber que ele só se constitui significativamente na relação com os vários sentidos produzidos pelos múltiplos sujeitos-leitores e co-autores dos discursos” (Fernanda Galli).

RESUMO

This text investigates the role of the subject-textual reviewer, discussing its importance and complexity, with the central objective of demonstrating that the role of the reviewer goes beyond a simple grammatical correction, and taking into account a discursive and mediating action that directly influences the path to the construction of the meaning of a text. The theoretical foundations that support the research are French Discourse Analysis, created by Michel Pêcheux and developed in Brazil by Orlandi, and researchers, who, like her, consider the social, historical and ideological as the basis for understanding the production of meanings. Throughout the work, other concepts related to ADF are also discussed, highlighting how the reviewer is inserted in a social context that leads to his/her actions in the means of production. The article also addresses the market, a field marked by the digitalization process and the diversification of content demands. In this scenario, the reviewer needs to be constantly updated and adapted to new technologies and trends, expanding their field of activity beyond the traditional role. Thus, the research reinforces the need to recognize the reviewer as a critical subject in the production of meaning, contributing significantly to communication and the construction of knowledge in contemporary society.

Palavras-chave: Revisor textual. Sujeito. Discurso. Análise de Discurso Francesa.

ABSTRACT

This article investigates the role of the text reviewer, discussing its importance and complexity. The central objective is to demonstrate that the role of the reviewer goes beyond simple grammatical correction, taking into account a discursive and mediating action that directly influences the construction of meaning in a text. The theoretical foundations that support this research come from French Discourse Analysis, created by Michel Pêcheux and developed in Brazil by Orlandi, and from researchers who, like her, consider the social, historical, and ideological as the basis for understanding the production of meanings. Throughout the work, other concepts related to FDA are also addressed, highlighting how the reviewer is inserted into a social context that shapes their actions in the production process. The article also discusses the market, driven by digitalization and the diversification of content demands. In this scenario, the reviewer needs to be constantly updated and adapted to new technologies and trends, expanding their role beyond the traditional scope. Thus, the research reinforces the need for recognition of the reviewer as a critical subject in the production of meanings, significantly contributing to communication and the construction of knowledge in contemporary society.

Keywords: Textual reviewer. Subject. Discourse. French Discourse Analysis.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	7
1	REVISÃO TEXTUAL: breve histórico	9
2	ANÁLISE DE DISCURSO: contextualização e conceitos	12
3	ENTRE A ANÁLISE DE DISCURSO E A REVISÃO TEXTUAL ...	17
4	O SUJEITO REVISOR	22
5	A PRÁTICA DO REVISOR TEXTUAL: experiências e reflexões	26
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

O papel do revisor textual tem se mostrado essencial na comunicação escrita ao longo do tempo, destacando-se ainda mais diante das demandas atuais da produção textual. Esse profissional tem um papel que vai além das correções gramaticais e ortográficas, atuando na construção da coerência, coesão e clareza dos textos, além de desempenhar um papel crucial diante dos desafios contemporâneos, como o excesso de informações, o uso de ferramentas automatizadas e a necessidade de manter a originalidade e a ética nas produções textuais.

Devemos ter em mente que a revisão não é um ato mecanizado, envolve um olhar criterioso e uma compreensão do discurso, do autor, das condições de produção da escrita, etc. Logo, o revisor se posiciona como um sujeito crítico em todo processo de correção; com isso, a relação do revisor sempre está se interligando com outras vozes. Exemplo disso é a própria voz do autor que elabora determinado material e transfere seu documento para um profissional, abrindo à possibilidade de intervenção por um outro sujeito.

Apesar de uma longa trajetória, essa profissão ainda não é reconhecida como deveria. No campo mercadológico brasileiro, o revisor ainda carece de definições formais e regulamentação mais precisas. Em um mundo onde tudo está cada vez mais tecnológico e vários gêneros textuais impressos e digitais estão em ascensão, o papel do revisor se torna mais necessário e fundamental para garantir a qualidade que o mercado procura.

Diante desse cenário, a proposta deste trabalho é refletir sobre a relevância do papel do revisor de textos na contemporaneidade, bem como sobre o impacto e/ou efeitos de sua atuação. Ademais, essa reflexão se baseia em questões teóricas e experiências adquiridas em estágios da autora dessa monografia na área editorial e acadêmica, mais especificamente no âmbito do curso de bacharelado em Letras da Universidade Federal de Pernambuco.

Com base na teoria da Análise de Discurso Francesa, essa pesquisa pretende apresentar uma reflexão sobre o papel do sujeito-revisor de textos, a partir de questões como: (i) qual o imaginário social sobre o papel do revisor?; (ii) quais as aproximações e os distanciamentos entre o que se espera do revisor e o que ele, efetivamente, pode desenvolver?

Com isso, este trabalho parte de motivações que transitam entre os campos acadêmico-profissional, pessoal e social, refletindo o papel do sujeito-revisor textual. O trabalho está estruturado em seis tópicos principais. No primeiro capítulo, “Revisão Textual: breve histórico”, apresento uma visão panorâmica sobre a trajetória da revisão textual ao longo do tempo. Em seguida, no segundo capítulo, “Análise de Discurso: contextualização e conceitos”, abordo fundamentos da Análise de Discurso, trazendo conceitos alinhados à área de estudo do trabalho. O terceiro capítulo, “Entre a Análise de Discurso e a Revisão Textual”, explora o diálogo entre esses dois campos, destacando pontos de intersecção. No quarto capítulo, “O Sujeito Revisor”, discuto o papel e a identidade do revisor textual. Já no quinto capítulo, “A Prática do Revisor Textual: experiências e reflexões”, apresento minhas experiências e reflexões, fundamentadas em vivências de estágio na área. Por fim, as Considerações Finais abordam as conclusões do estudo, seguidas das Referências utilizadas ao longo do trabalho.

1 REVISÃO TEXTUAL: breve histórico

A revisão textual é uma prática fundamental para assegurar que os textos sejam adequados, coesos, coerentes e sem desvios gramaticais. Essa prática passou por uma evolução significativa ao longo do tempo, desde os primeiros escritos até o uso de potentes ferramentas de inteligência artificial. Embora não se saiba ao certo quando a revisão de textos, como intervenção profissional, surgiu, é possível afirmar que essa atividade tem raízes profundas na história da comunicação humana.

Desde os primeiros registros em suportes como paredes de cavernas, argila, ossos, papiro, tábuas e papel, já existia a necessidade de um interlocutor — um revisor ou um leitor — para interagir com o texto, modificando seu conteúdo quando necessário (Rocha, 2012). Essa intervenção foi crucial para assegurar a precisão e eficácia da comunicação escrita, acompanhando a evolução das práticas de escrita e leitura ao longo dos séculos.

De fato, é plausível supor-se que o surgimento da revisão textual tenha ocorrido juntamente com os primeiros registros humanos, sendo estes compreendidos como uma tecnologia de interação social. Independentemente do suporte utilizado — seja nas paredes de cavernas, na argila ou no papel —, a intervenção de um interlocutor, capaz de interagir com o texto e alterá-lo, sempre esteve presente (Rocha, 2012).

Na Antiguidade e na Idade Média, a produção de textos era um processo que exigia um grande esforço físico e mental dos escribas e copistas. Esses profissionais dedicavam longas horas à cópia de manual de textos que seriam transmitidos à sociedade da época (Guedes, 2013). Como não havia um local fixo de trabalho, eles se revezavam entre mosteiros, escolas e cortes, atuando onde houvesse necessidade de alguém que se dedicasse exclusivamente à escrita. Devido à natureza repetitiva e exaustiva desse trabalho, era comum a ocorrência de desvios ortográficos e gramaticais. Os escribas, além de copiar, também se desdobravam para revisar o material, garantindo a precisão dos textos. Embora as ferramentas fossem limitadas, sua dedicação à exatidão estabeleceu as bases para as futuras práticas de revisão textual.

Com a chegada do Renascimento (séculos XIV a XVII), período marcado também por um renascimento cultural, artístico e intelectual na Europa, o processo de produção textual sofreu uma grande transformação. A invenção da imprensa por

Johannes Gutenberg, em 1450, foi uma das inovações mais importantes dessa época (Rodrigues, 2012). Essa tecnologia revolucionou a produção e a disseminação do conhecimento, democratizando o acesso à informação e afetando profundamente a sociedade, a política, a religião e a cultura da Idade Moderna.

Devido ao aumento da circulação de textos, as revisões passaram a ser realizadas por intelectuais renomados da época, como filósofos, teólogos e escritores, que desempenhavam um papel crucial na garantia da qualidade e precisão dos conteúdos, adequando-os aos padrões linguísticos e intelectuais exigidos pelas elites culturais.

como afirma Chartier (2002), entre os profissionais comumente contratados para revisar textos nos séculos XVI, XVII, XVIII, estavam os professores. Não era de se esperar outra coisa, já que profissões voltadas para a comunicação só surgiram, como as conhecemos, no século XX. O tratamento dispensado às obras em processo de publicação era, então, feito por profissionais qualificados para o trabalho com linguagem (Ribeiro, 2009, p.5).

Antes da invenção da imprensa, os livros eram copiados manualmente pelos escribas, o que tornava esses materiais caros e raros, restringindo o acesso ao conhecimento principalmente à elite e aos clérigos. A Revolução da Imprensa mudou esse cenário, permitindo a produção em larga escala de livros e outros materiais escritos, o que facilitou a difusão do conhecimento para um público mais amplo. Esse período foi caracterizado pelo retorno aos valores clássicos da Grécia e Roma antigas, promovendo uma busca constante por conhecimento, a valorização do indivíduo e o florescimento das artes e ciências. Além disso, a imprensa também transformou o papel do revisor, pois agora era necessário garantir a qualidade dos textos produzidos em maior volume e distribuídos de forma mais rápida.

A partir da Revolução Industrial, com o avanço tecnológico e o aumento da produção em massa de textos, o papel do revisor textual passou a se tornar cada vez mais especializado. O surgimento das grandes editoras e jornais trouxe a necessidade de revisar uma quantidade muito maior de textos, com foco não apenas na correção de erros gramaticais, mas também na adequação de estilo, coesão e coerência, para diferentes públicos e finalidades. Esse processo começou a se profissionalizar de maneira mais formal, e o revisor passou a ser uma peça central no controle da qualidade editorial.

Com a chegada do século XXI e o desenvolvimento da tecnologia digital, a revisão textual passou por outra grande transformação. As ferramentas de inteligência artificial e de processamento de linguagem natural trouxeram novos recursos ao

processo de revisão, permitindo que erros gramaticais, ortográficos e até de estilo fossem identificados de forma mais rápida e automática. No entanto, apesar dessas inovações tecnológicas, o papel humano do revisor permanece essencial para garantir a sensibilidade discursiva e a adequação contextual dos textos, algo que vai além da mera correção automatizada, envolvendo uma compreensão crítica do sentido e dos propósitos comunicativos.

2 ANÁLISE DE DISCURSO: contextualização e conceitos

A Análise de Discurso Francesa (ADF) é uma abordagem teórica e metodológica que surgiu na França na década de 1960, especialmente associada aos trabalhos de Michel Pêcheux. Nascido em Tours em 1938 e falecido em Paris em 1983, Pêcheux é considerado o fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso, que defende a ideia de que a ideologia se materializa por meio da linguagem. Após Pêcheux, outros pensadores, como Dominique Maingueneau, Eni Orlandi e Patrick Charaudeau, continuaram a desenvolver a teoria da Análise de Discurso Francesa, cada um trazendo novas perspectivas e refinamentos à abordagem surgida na França.

Influenciada por correntes teóricas como o estruturalismo, o marxismo e a psicanálise, a ADF concebe o discurso como um espaço de articulação entre linguagem, ideologia, história e subjetividade. Diferenciando-se da análise linguística tradicional, a ADF se estabelece como um campo de estudo interdisciplinar por dialogar com diversas áreas do conhecimento. A partir desse diálogo, considera aspectos históricos, sociais e ideológicos na interpretação dos discursos, oferecendo assim um dispositivo teórico-metodológico robusto para a análise crítica das práticas discursivas (Orlandi, 2012).

Outro conceito importante que faz parte da ADF é o de sentido, entendido como um fenômeno dinâmico, que se constrói no processo da produção discursiva (Orlandi, 2012). Outras abordagens teóricas, como o estruturalismo e o gerativismo, veem o sentido como algo fixo e estruturado. No estruturalismo, por exemplo, o sentido é determinado pelas relações estáveis entre os signos dentro do sistema linguístico, conforme a visão de Saussure (1969). Em contraste, a Análise de Discurso considera o sentido provisório e instável, resultante da interação entre diferentes discursos em um contexto histórico e social específico. Essas interações se relacionam com as condições de produção que, na perspectiva da AD, “incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (Orlandi, 2012 p.30), ou seja, referem-se ao conjunto de circunstâncias históricas, sociais, ideológicas e institucionais que moldam a produção de um discurso.

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’, etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os

elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para 'dar o troco', o que é uma outra forma de ação política (Pêcheux, 1997, p. 77).

Os sentidos, portanto, não são inerentes ao sujeito, mas ao resultado dessas condições. Fatores como a posição social do sujeito, as relações de poder, os acontecimentos históricos e os discursos circulantes em determinada época influenciam essa produção, o que explica a instabilidade e transformação constante dos sentidos. Além disso, o modo como o sujeito se imagina e é imaginado pelos outros está ancorado em formações imaginárias — ou seja, nas representações ideológicas que o situam em determinadas posições sociais e discursivas (Orlandi, 2012). Essas formações imaginárias também contribuem para determinar os sentidos que o sujeito pode construir e compartilhar, uma vez que influenciam a forma como ele se percebe e é percebido dentro das relações sociais.

Assim, compreender as condições de produção é essencial para a análise discursiva, pois permite identificar de que maneira e em que situação os sentidos são produzidos e colocados em circulação. De acordo com Orlandi (2012), Pêcheux aborda a questão do sentido como algo condicionado por práticas sociais, e não como uma propriedade fixa. Ele explica

o sentido como sendo regulado no tempo e espaço da prática humana, decentralizando o conceito de subjetividade e limitando a autonomia do objeto linguístico. Ou seja, crítica ao objetivismo abstrato e ao subjetivismo idealista, a Análise de Discurso não trabalha nem com um sujeito onipotente nem com um sistema totalmente autônomo (a língua é relativamente autônoma) (Orlandi, 2012, p. 11).

Pêcheux desafia a ideia de que o sujeito é o centro absoluto do sentido e que controla plenamente os sentidos dos enunciados. Ele também critica a visão de que a linguagem (o "objeto linguístico") tem uma autonomia total para gerar significados por si mesma. Em vez disso, ele propõe que o sentido seja um resultado das condições sociais e discursivas, e não apenas das intenções do sujeito ou das estruturas internas da língua (Orlandi, 2012).

Outro conceito importante para nossas reflexões é o de formação discursiva, essencial para compreender como os sentidos são construídos e circulam na sociedade. As formações discursivas são atravessadas por relações de poder e

ideologias, determinando o que pode ou não ser dito em um determinado campo discursivo (Pêcheux, 1997). Assim, os sentidos não são criados de forma isolada, mas regulados por essas formações, que estabelecem o que é possível significar em diferentes contextos sociais e históricos.

O conceito de formação discursiva é apresentado por Pêcheux pela primeira vez no artigo “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso”. Nesse trecho, Baronas discute a crítica de Pêcheux aos linguistas estruturalistas:

aos linguistas pós-saussurianos – estruturalistas e gerativistas - por terem de alguma maneira trazido o modelo fonológico saussuriano para o domínio do sentido, produzindo uma espécie de filosofonema que caracterizaria toda a lingüística, Pêcheux mostra que, ao se pensar as sistematicidades da língua como um *continuum* de níveis, se está, na verdade, recobrando o corte saussuriano entre *langue/parole* (Baronas, 2011, p. 2).

A título de exemplificação, um revisor qualquer, no exercício de sua função, ao deparar-se com um texto acadêmico na área de Ciências Sociais, cujo tema é a desigualdade social, encontra termos como "classes populares" e "elite econômica". Esses termos, muito mais que simples palavras, carregam um matiz histórico e ideológico, distanciando-se da neutralidade, geralmente preconizada nessa esfera discursiva; fazem parte de uma formação discursiva particular, associada a uma visão crítica da sociedade e das relações de poder e desigualdade. Dentro dessa perspectiva, o conceito de interdiscurso é essencial, pois revela que nenhum discurso surge de maneira isolada, ou seja, todo discurso se relaciona com outros já existentes, significando que os sentidos são constantemente influenciados e (re)construídos a partir de um diálogo com discursos anteriores e simultâneos. De acordo com Orlandi (2007) o interdiscurso

[...] é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (2007, p. 31).

O interdiscurso atua como um espaço de ressonância, no qual as formações discursivas dialogam, confrontam-se e (re)posicionam-se, conferindo maior complexidade à produção de sentidos.

A compreensão do interdiscurso permite que o revisor textual perceba como um texto dialoga com outros textos e tradições discursivas, influenciando e sendo

influenciado por eles. Isso enriquece a análise e a revisão textual ao reconhecer o diálogo contínuo entre diferentes enunciados e práticas discursivas.

Uma revisão textual tradicional poderia focar na correção gramatical, ajustando questões de concordância verbal, ortografia e pontuação. Entretanto, uma revisão crítica e sensível, que leva em consideração a formação discursiva desse campo, deve ir além. O revisor, nesse caso, precisaria entender que os termos "classes populares" e "elite econômica" não são apenas palavras escolhidas por acaso, mas refletem uma inscrição ideológica. Se o revisor sugerisse substituir esses termos por palavras mais neutras, como "grupos de baixa renda" ou "grupos de alta renda", ele estaria alterando o sentido do texto sem considerar a inscrição do autor em determinada formação discursiva.

A "escolha" das palavras pelo autor está vinculada ao modo como a ideologia o atravessa e coloca em funcionamento determinados sentidos e não outros. Nesta perspectiva, observa-se que nenhuma escolha lexical, nenhum discurso surge de maneira isolada; todo discurso se relaciona com questões que perpassam o social, o histórico e o ideológico, pois são ecos da sociedade, e dialogam constantemente com outros já existentes, isto é, existe um interdiscurso. Tal conceito sinaliza que os sentidos são afetados e (re)construídos a partir de um diálogo com discursos anteriores, atuando como um espaço de ressonância no qual as formações discursivas dialogam, confrontam-se e (re)posicionam-se, conferindo maior complexidade à produção de sentidos.

Portanto, ao fazer uma revisão que considere essa noção de formação discursiva, o revisor deve estar atento para preservar o alinhamento ideológico do autor, entendendo que certos termos estão carregados de significado dentro daquele campo específico de estudo, a partir da constituição do autor. Assim, a revisão não se restringe à forma, mas dialoga com as condições de produção em que o texto é produzido, respeitando e valorizando a posição discursiva do autor.

Ao discutirmos o conceito de formação discursiva, podemos compartilhar o papel do sujeito na Análise de Discurso. Diferente de abordagens mais estruturalistas que trazem o sujeito de forma racional e consciente, na ADF, o sujeito é "atravessado" pela ideologia e pelo inconsciente, se inscreve em formações discursivas que possibilitam que ele discursivize de um modo e não de outro (Orlandi, 2012). É relevante destacar que, na ADF, a noção de sujeito não é definida como uma pessoa física direta, mas sim a partir dos posicionamentos assumidos nas formações

discursivas. Neste sentido, uma pessoa física como tal pode representar vários sujeitos, ocupar várias posições-sujeito.

Em suma, a Análise de Discurso desenvolvida a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux e enriquecida por outros estudiosos, como Eni Orlandi no Brasil, oferece uma abordagem única e interdisciplinar para entender a produção de sentidos e as posições dos sujeitos nos discursos. Ao incorporar elementos históricos, sociais, ideológicos e linguísticos, a ADF permite uma análise crítica que ultrapassa a visão estruturalista tradicional, explorando a fluidez dos sentidos e as formações discursivas que regulam o que pode ser dito e pensado em diferentes condições de produção. Nesse contexto, as contribuições de Eni Orlandi, que é considerada uma das principais teóricas da análise pecheutiana no Brasil, engrandecem ainda mais a compreensão das relações entre linguagem, ideologia e sujeito. Orlandi ressalta que o discurso é um espaço de confronto, em que os sentidos são disputados e atravessados por tensões sociais e políticas. Para a autora, o sujeito “é determinado pela exterioridade na relação com os sentidos” (2012, p. 50). Assim, ao refletir sobre o papel do revisor textual, é importante considerar como ele atua nesse campo de embate discursivo, intervindo criticamente nos significados ideológicos presentes no texto.

A noção de sujeito, como uma construção discursiva, e a compreensão do discurso como um espaço onde se articulam poder e ideologia, tornam a Análise de Discurso Francesa (ADF) uma teoria essencial para o estudo das práticas discursivas contemporâneas. Dessa forma, a ADF continua a ser de extrema relevância para compreender as dinâmicas discursivas nas mais diversas áreas, de forma crítica. Em um mundo onde as práticas discursivas desempenham um papel crucial na formação de opiniões e na construção de identidades sociais, a ADF se afirma como uma abordagem indispensável para a análise e interpretação dos discursos que configuram a realidade contemporânea.

3 ENTRE A ANÁLISE DE DISCURSO E A REVISÃO TEXTUAL

O revisor, ao se deparar com um texto, está diante de um estudo aprofundado da língua e da linguagem, intrinsecamente ligado às práticas sociais nas quais são empregadas. “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (Orlandi, 2012, p. 15). Com isso podemos entender que a língua não é apenas um sistema de regras ou meio de comunicação, ela é a própria materialidade do discurso.

O profissional de revisão de textos não trabalha com uma língua transparente, mas com uma língua “carregada de historicidade e ideologia, onde o equívoco e a opacidade são partes constitutivas da produção de sentido” (Ferreira, 2003, p. 41). Isto significa que a língua “é um sistema passível de falhas e, por essas falhas, por essas brechas, os sentidos se permitem deslizar, ficar à deriva” (Ferreira, 2003, p. 43). Nesse sentido, quem irá revisar um texto, deve estar atento a essa fluidez dos sentidos, reconhecendo que cada escolha linguística carrega consigo uma história e uma posição ideológica, e que sua tarefa é não apenas corrigir, mas dialogar com as condições de produção que permeiam o discurso.

Para uma análise eficaz da língua, é essencial considerar suas variadas manifestações sociais. Isso inclui os diferentes registros linguísticos utilizados em contextos específicos, as variações linguísticas presentes em distintas comunidades e os gêneros textuais que refletem as práticas comunicativas de grupos sociais diversos. Portanto, a língua se materializa em textos que não são apenas produtos de regras gramaticais, mas também de convenções sociais, valores culturais, relações de poder e intenções dos falantes.

Segundo Orlandi (2012), a língua não é apenas um sistema carregado de símbolos; os textos podem “atravessar o outro lado” para alcançar uma vertente crítica, indo além do superficial. O revisor, portanto, pode explorar significados implícitos e desbravar caminhos ocultos para aprimorar a sua função e inovar suas abordagens. É de extrema importância que o profissional que trabalhe com estas materialidades linguísticas compreenda bem a relação entre língua, linguagem e prática social para que o material que retornará para o autor seja um trabalho com qualidade. Um revisor que compreende bem essas práticas e realiza uma revisão

detalhada oferece ao autor sugestões valiosas que melhoram a adequação e a circulação do texto.

Essa tarefa exige uma sensibilidade especial, pois o revisor deve estar atento às diferenças culturais que podem influenciar a produção e recepção de textos. Isso envolve compreender referências culturais, nuances de sentido e sensibilidades linguísticas específicas de diferentes comunidades. Portanto, um revisor, além de profundo conhecedor das normas e usos linguísticos, deve ser, também, um sujeito crítico e com sensibilidade intelectual e cultural ampla.

No cenário atual, a crescente preocupação com a normatização da língua portuguesa e a busca por uma escrita mais precisa refletem-se no aumento significativo de publicações que orientam o aperfeiçoamento do uso do idioma. Com a finalidade de corrigir desvios gramaticais, ortográficos e pontuações, o revisor deve sim ter um bom domínio das regras gramaticais, garantindo que seu olhar se paute na qualidade textual. Além disso, pode sugerir melhorias na estrutura e na organização do conteúdo, assegurando que a mensagem seja transmitida de forma eficaz ao público-alvo. Mas não é apenas essa a função de um revisor, a revisão crítica transcende a mera correção de supostos desvios e envolve um olhar atento às dimensões discursivas do texto. “Há de se levar em consideração os aspectos discursivos, contextuais e sociais presentes nos textos, atentando-se, ainda, para a adequação linguística” (Miranda, 2014, p.16).

A revisão, por sua vez, não apenas aprimora a estrutura e a coerência argumentativa, mas questiona e sugere melhorias no conteúdo e na sua circulação. Nesse caso, o revisor é alguém que vai além de aprimorar o texto: ele o faz com empatia e percepção das complexidades linguísticas e sociais envolvidas. O papel do revisor crítico é essencial, não só para ajustar o texto às normas linguísticas, mas também para contribuir com um olhar reflexivo sobre o conteúdo. Diante da crescente importância da comunicação escrita em diversas áreas, é fundamental que o revisor esteja em constante evolução, adaptando-se às novas demandas tecnológicas e discursivas.

O trabalho de revisão textual, tradicionalmente associado à correção gramatical e estilística, pode ser aprofundado ao ser analisado sob a ótica da ADF. Nessa perspectiva, a revisão de um texto não é apenas um exercício técnico, mas um ato de interpretação que envolve o manejo de discursos, ideologias e posições-sujeito. Essa abordagem permite entender que o revisor, ao intervir em um texto,

participa na (re)construção dos sentidos, sendo, portanto, também um produtor de discurso. Para Orlandi (1996, p. 147), todo sentido depende de uma interpretação, e

a interpretação é um excelente observatório para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos, em um processo em que intervém o imaginário e que se desenvolve em determinadas situações sociais. É assim que entendemos a ideologia, nesse percurso que fizemos para entender também o que é interpretação.

Na ADF, o conceito de formação discursiva é central para entender como os sentidos são produzidos e circulam na sociedade. Para o revisor textual, compreender que todo autor se inscreve em formações discursivas para dizer o que diz é fundamental, pois ao intervir em um texto, ele pode compreender o modo como a ideologia e relações de poder perpassam a produção textual. A revisão, portanto, vai além da busca pela “correção” e adentra o terreno da disputa de sentidos, bem como as posições-sujeito em jogo no exercício da escrita.

Por exemplo, ao revisar um texto acadêmico ou jornalístico, o revisor se depara com discursos que não são neutros, mas, sim, atravessados por determinadas posições ideológicas e políticas. A escolha de um termo, a alteração de uma estrutura frasal, ou a reorganização de parágrafos pode mudar a direção argumentativa de um texto e o posicionamento do autor. Nesse sentido, a prática da revisão é um ato interpretativo que exige leitura e interpretação das diferentes formações discursivas e seus efeitos. Como argumenta Orlandi (2012), a linguagem é atravessada pela ideologia, e isso significa que toda produção textual carrega marcas de um determinado posicionamento no campo social. O revisor, ao lidar com essas marcas, precisa estar consciente do potencial que tem de reforçar ou subverter discursos dominantes.

Outro conceito importante da ADF que pode ser relacionado à prática de revisão textual é o de interdiscurso, conforme já sinalizamos. Para Pêcheux (1995), o interdiscurso refere-se à memória discursiva, aos já-ditos que formam a base a partir da qual novos enunciados são produzidos. Todo texto, portanto, é uma colagem de discursos anteriores que são recuperados, transformados e ressignificados em novos contextos. Para o revisor, reconhecer essa dinâmica interdiscursiva é essencial, pois permite uma compreensão mais verticalizada das implicações de uma “escolha” textual em detrimento de outra. Por exemplo, ao revisar um texto jurídico ou científico, o revisor deve estar atento não apenas à clareza e precisão, mas também à maneira como o texto dialoga com discursos anteriores e posiciona o autor em relação a esses

discursos. A revisão pode, portanto, influenciar o modo como o texto se insere na tradição discursiva de uma determinada área.

A noção de sujeito na ADF também traz uma contribuição significativa para a reflexão sobre o trabalho do revisor textual. Na ADF, conforme já acenamos, o sujeito não é visto como autônomo ou plenamente consciente de suas intenções, mas como um efeito de linguagem que emerge das formações discursivas (Pêcheux, 1995). O revisor, ao intervir no texto, também está sujeito a essas determinações discursivas e ideológicas. Portanto, sua prática de revisão não é neutra; ela é informada por seu próprio posicionamento ideológico e pelas formações discursivas às quais se identifica ou não. Quando o revisor sugere alterações em um texto, ele está, de certa forma, participando de uma prática de negociações entre diferentes posições-sujeitos. Porém, do ponto de vista discursivo, o revisor não está impondo seu posicionamento, mas levando em consideração a diversidade de fatores que atravessam o texto, como as posições-sujeito, a ideologia e as condições de produção. Assim, a revisão torna-se um processo colaborativo, em que diferentes posições discursivas são articuladas e compreendidas em determinadas condições de produção.

Além disso, a revisão textual envolve a percepção de como os textos são recebidos em diferentes comunidades interpretativas.

Pode-se pensar o texto como um espaço discursivo, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações não só com o contexto, mas também com outros textos e com outros discursos, o que nos permite afirmar que o fechamento de um texto [...] é a um só tempo simbólico e indispensável. Nesta concepção, o texto não se fecha em si mesmo, pois faz parte de sua constituição uma série de outros fatores, tais como relações contextuais, relações textuais, relações intertextuais, e relações interdiscursivas [...]. (Indursky, 2006, *apud* Orlandi, 2006, p. 69-70).

Isso implica que um revisor eficaz deve ser sensível às práticas discursivas envolvidas e levar em conta o público-alvo do texto. Por exemplo, ao revisar um texto destinado à comunidade acadêmica, o revisor precisa estar atento às normas e expectativas desse grupo, respeitando seus padrões discursivos. Contudo, também deve estar aberto à possibilidade de inovação, buscando um equilíbrio entre a conformidade com as convenções e a abertura para questioná-las ou transformá-las, quando necessário.

Orlandi (2012) reforça essa ideia ao destacar que o discurso está sempre em movimento, em constante processo de resignificação. Para ela, o papel do revisor é,

em parte, o de mediar esse movimento, ajudando o texto a encontrar o equilíbrio entre a estabilidade necessária para a comunicação eficaz e a abertura para a pluralidade de sentidos que caracteriza a linguagem. Como aponta Orlandi (2008), o texto é compreendido como a materialidade de um processo de formulação pelo qual o sujeito constrói sua textualidade, linearizando o discurso e criando um efeito de unidade e fechamento. Esse percurso exige do revisor não apenas competência técnica, mas também uma compreensão crítica e reflexiva dos processos discursivos.

Portanto, ao entender o trabalho de revisão textual através da lente da Análise de Discurso Francesa, percebemos que essa prática ultrapassa a dimensão técnica de correção e se insere em um campo de disputas discursivas em que o sentido é sempre provisório, e o texto, um espaço de negociação ideológica. Ao revisar, o profissional não está apenas “limpando” o texto de “erros”, mas está também, de certo modo, “produzindo” discurso — inserindo, reforçando ou modificando os sentidos possíveis sem desconsiderar as posições do autor. A revisão, assim, se configura como um espaço de poder e de produção de conhecimento, na medida em que as decisões do revisor podem tanto reforçar quanto desafiar as formações discursivas em que os discursos se inscrevem.

4 O SUJEITO REVISOR

A revisão textual é uma das possíveis áreas de atuação para formados em Letras e ganha grande relevância e incentivo quando esses profissionais se dedicam a essa prática. Em relação a essa prática, o sujeito revisor deve estar atento aos discursos presentes no texto, e ao contexto em que ele foi inserido no momento em que aceita determinado trabalho. Como, por exemplo, no momento em que um exemplar chega às mãos do profissional, ele tem o papel de identificar o gênero textual ao qual o texto pertence e garantir que as estruturas linguísticas, sintáticas e semânticas sejam adequadas para alcançar o objetivo do texto. Nesse processo, a ADF é uma perspectiva teórica essencial para auxiliar o trabalho de revisão.

Para compreender a função do sujeito exercida pelo profissional de textos, é necessário associá-lo a um sujeito discursivo, que atua dentro de formações discursivas e ideológicas. Esse sujeito ideológico não nasce pronto com suas convicções, ele é construído de acordo com seu histórico no campo do desenvolvimento. Segundo Orlandi (2012), a ideologia é entendida como um conjunto de valores, crenças e ideias que perpassam os discursos, funcionando como um mecanismo de sustentação das relações de poder.

A partir dessa interpretação, o revisor textual, ao interpretar e intervir em determinado gênero textual, não atua apenas em correção gramatical ou estilística, mas participa do “entrelaçamento” da linguagem e ideologia. “Esse ponto de entrelaçamento que forma nós comuns que se sustentam uns aos outros, marca o terreno próprio da análise de discurso nos moldes em que foi concebida por filósofos, psicanalistas e linguistas” (Ferreira, 2017, p. 1).

O revisor, como sujeito interpelado pela ideologia, inconscientemente está trabalhando com suas concepções sobre o texto, sobre autoria, sobre condições de produção, ou seja, ele consegue enxergar para além do superficial, o que, para alguns profissionais com uma abordagem mais estruturalista, pode ser um pouco mais desafiador, já que demanda perceber os múltiplos sentidos de uma produção textual. Esse revisor de texto em questão não se deixa ser visto como um produto das estruturas que o condicionam, ele procura ser observador e exercer de maneira ativa suas reflexões, que pode acabar rompendo com as normas mais engessadas, transformando sentidos que já estavam estabelecidos. Importa observar que além de

o sujeito ser sócio-histórico e ideológico, ele mostra características de um sujeito descentrado, isto é, o sujeito não tem totalmente o controle sobre suas escolhas e movimentações e não percebe que suas decisões são moldadas por várias influências como relações sociais, culturas, histórias e etc.

Dessa maneira o revisor textual é influenciado por normas linguísticas, institucionais e editoriais para guiar sua prática de produção. Essas “regras” definem o trajeto que o especialista deve trilhar para entregar o documento nas diretrizes específicas de cada instituição; assim o revisor não age de forma totalmente consciente e desprendida, mas suas ações são afetadas pela ideologia. O mesmo acontece para o revisor que se dedica às correções de trabalhos acadêmicos; ele pode se identificar com questões relacionadas à formalidade e precisão. Diferente de um revisor publicitário que está em busca do impacto, da criatividade e da persuasão para a captação de clientes; nesses casos ele se insere em um domínio discursivo diferente, em que as estratégias linguísticas são voltadas para envolver o público de acordo com as demandas de mercado.

No começo dos anos 80, por exemplo, a Caixa Econômica Federal, instituição financeira nacional, popularizou o *jingle*¹ intitulado Balé da Caixa que apresentava o trecho “Vem pra Caixa você também! Vem!”.

¹ O *jingle* foi lançado como parte de uma campanha publicitária que buscava modernizar a imagem da instituição e atrair novos clientes (Gadelha, 2012). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GEyqTVBIU_o&t=40s. Acesso em: 02 set. 2024.

Figura 1: Vem pra Caixa você também! Vem!



Fonte: Facebook (2014).

Certamente, o desvio da norma culta da língua portuguesa foi notado desde o primeiro momento pelos seus autores e revisores. Afinal, criar um material institucional e público demanda a atuação de diferentes profissionais, entre eles a do revisor textual. Dado o propósito discursivo, e com uma formação menos conservadora e engessada, tal como se propõe a partir da AD, um revisor sensível às questões criativas e de engajamento provavelmente não corrigiria o texto, como de fato não o fez. Contudo, se tal trecho fosse enunciado em um texto acadêmico, muito provavelmente o revisor sugeriria a correção.

Outro ponto que surge frequentemente na área de revisão textual é a tensão entre autoria e autoridade discursiva. O papel do revisor muitas vezes é de intervir diretamente no texto, utilizado além das operações técnicas para a correção do material, surge um jogo de poder envolvendo a relação com o autor e as normas sociais que regem o discurso. Ao sugerir alterações, o sujeito revisor se estabelece como uma figura de autoridade na avaliação discursiva do texto. A partir das percepções/interpretações formuladas pelo profissional, ele tem a capacidade de sugerir ajustes que podem afetar a produção dos sentidos. Essa intervenção, como

já foi citado, vai além de correções formais, ela envolve uma re(interpretação) que pode modificar o caminho discursivo, sem desconsiderar a posição do autor.

A negociação da autoridade é um processo dinâmico. O revisor deve, muitas vezes, justificar suas intervenções ao autor, o que implica um diálogo colaborativo. Nesse sentido, a revisão se torna um espaço de co-autoria em que ambos, autor e revisor, devem chegar a um consenso sobre como o texto será apresentado. O revisor, ao reconhecer a importância da visão do autor, pode ajustar suas sugestões para respeitar a intenção original, enquanto ainda busca adequar o texto às normas e expectativas do contexto. Assim, a prática da revisão se mostra como um espaço aberto para mediações entre o revisor e o autor. Isso faz com que o revisor seja também um sujeito colaborador que está diretamente envolvido no discurso do autor, ele se torna “uma voz presente no resultado final do texto do autor, ainda que não necessariamente um nome autoral reconhecido” (Sobral; Barbosa, 2019, p.22).

5 A PRÁTICA DO REVISOR TEXTUAL: experiências e reflexões²

É comum que os profissionais da área de Letras Bacharelado reflitam sobre oportunidades de emprego após a conclusão do curso, principalmente para quem quer seguir a carreira de revisor textual. Porém, enquanto houver livros, jornais, revistas, textos publicitários e os diversos gêneros textuais, haverá demanda para o revisor (Malta, 2000). Essa afirmação traz um certo conforto para os que estão interessados em ingressar no curso de bacharelado em língua portuguesa. No entanto, é importante considerar o imaginário social que envolve o papel do revisor textual. Muitas vezes, a sociedade enxerga esse profissional de forma limitada, como alguém cuja função se restringe à correção ortográfica e gramatical, reforçando uma visão técnica e normativa de sua atuação. Esse “mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica” (Orlandi, 2012, p. 40).

Apesar de o mercado de revisão não ter evoluído tanto, ele pode ser considerado estável, isso se deve ao fato de o mercado editorial ser um campo bem estabelecido globalmente. Tanto editoras quanto a área acadêmica continuam publicando materiais, gerando uma demanda significativa para os profissionais. Vale lembrar que a profissão de revisor textual não foi formalmente regularizada no Brasil, significa dizer que não há uma lei que determine a regulamentação da carreira, o que impede ser exigido diploma ou certificação da função.

Pode-se dizer que reconhecer um indivíduo como “sujeito revisor” envolve “crenças da sociedade relativas à eficiência e à utilidade de um modelo profissional baseado em um reconhecimento especializado” (Cavalcanti, 2008, p. 31). Esse reconhecimento é atravessado por formações imaginárias, nas quais tanto os próprios revisores quanto a sociedade constroem representações sobre a identidade do revisor textual.

Essas imagens, muitas vezes sustentadas por concepções ideológicas, podem influenciar o modo como o profissional é percebido, sua legitimidade e o papel que ele desempenha na mediação textual. Esse cenário é comum a outras profissões ligadas às comunicações e às Letras, tais como redator e tradutor, as quais não possuem regulamentação própria no mercado de trabalho. A contratação como

² Nesta parte haverá passagens em primeira pessoa do singular.

revisor pode ser feita por meio de CLT (Carteira de Trabalho) ou como *freelancer*, e existem sindicatos que oferecem algum suporte para os profissionais, como o Sindicato dos Jornalistas, que, em alguns casos, engloba os revisores textuais.

Além da área acadêmica e editorial, o revisor vivencia a explosão do ambiente digital, que está abrindo diversas oportunidades de trabalho em um formato mais inovador. Setores como o *marketing* de conteúdo, redes sociais, blogs e *e-commerce* vêm se destacando, gerando uma demanda alta para esses profissionais. Com essas novas adaptações no mercado, o revisor precisa se adaptar às novas tendências, que incluem desde correções de textos publicitários e posts em redes sociais a revisão de artigos voltados para o SEO³, que exigem adequações ao formato digital. Outra oportunidade de expansão na área é a revisão de materiais audiovisuais legendados, com essas novas possibilidades o revisor consegue buscar trabalhos que vão além do papel.

“O foco dos profissionais do texto, tanto os que já estão no mercado, quanto os que estão em processo de formação, deve ser sua adequação ao que hoje é considerado o perfil desse profissional” (Guedes, 2013, p. 10). De acordo com isso, uma questão que devemos levar em consideração é o desafio no manuseio das novas tecnologias, como aplicativos e softwares especializados em correção ortográfica, essas ferramentas facilitam o trabalho do revisor, embora não substituam a necessidade de uma leitura crítica e sensível ao contexto. O revisor textual, ao contrário dessas ferramentas, vai além das regras gramaticais, pois sua atuação envolve interpretar o texto dentro de seu contexto social e ideológico.

Nesse sentido, há aproximações e distanciamentos entre o que a sociedade espera do revisor e o que ele, efetivamente, pode desenvolver. Enquanto o imaginário social se concentra na correção formal — uma área que o revisor certamente domina —, há um distanciamento quando se trata da percepção sobre seu papel mais amplo, que inclui a interpretação crítica e a adaptação do texto a diferentes contextos discursivos e gêneros textuais. Aplicativos automatizados ainda não conseguem capturar nuances como ironia, ambiguidade ou o tom adequado para determinados públicos. Além disso, eles falham ao considerar as especificidades discursivas de

³ Conjunto de técnicas e estratégias para sites ficarem mais bem posicionados nos buscadores, gerar reconhecimento de marca e aumentar o tráfego e conversão (Ivo, 2024).

cada gênero textual ou situação comunicativa, algo que o revisor humano é capaz de perceber e ajustar conforme necessário.

Em minha experiência como profissional de revisão de textos em formação tive a oportunidade de estagiar de 2021 a 2024 em três instituições ligadas à Universidade Federal de Pernambuco: uma revista acadêmica, uma editora e um setor de comunicação. E durante esses anos pude aprender sobre o processo de revisão e editoração, uma área que antes só era parte do meu imaginário.

No meu primeiro estágio, tive a chance de exercer a função de revisora textual acadêmica, de fato foi uma experiência de grande valor no campo da revisão de artigos científicos. E um dos grandes desafios foi ter que lidar com textos altamente técnicos na área da linguagem. Nesse caso, pude realmente entender que o papel do revisor perpassa a correção gramatical e ortográfica; ele acima de tudo é um mediador entre o autor e leitor, garantindo que a mensagem chegue ao público especializado, sem comprometer o rigor científico. Durante esse tempo na revista, descobrir como o relacionamento entre revisor e autor se desenvolve, muitas vezes o artigo do qual eu estava encarregada apresentava pendências que só o autor poderia revolver; nesse caso era devolvido o material para o autor, e ele é quem decidiria se acataria minhas sugestões ou não. Esse processo me fez entender a importância de uma boa e respeitosa comunicação com o autor.

A revisão de artigos científicos requer uma atenção especial à estrutura do texto, à argumentação e à adequação às normas da ABNT, além de outros padrões internacionais de citação. Meu trabalho envolvia revisar aspectos como a consistência do raciocínio, a coesão e coerência dos parágrafos, e a conformidade com as exigências editoriais da revista. Em muitos casos, tive que fazer ajustes no estilo e na organização do texto para garantir que os artigos estivessem dentro das expectativas da revista e fossem compreendidos por leitores da área.

O estágio na editora foi outra experiência significativa que expandiu minha visão sobre o mercado editorial e suas demandas específicas. Diferente da revista acadêmica, que se concentrava em apenas artigos científicos, na editora eu tive contato com uma gama maior de gêneros textuais, incluindo livros didáticos, obras literárias e publicações voltadas para o público em geral. Essa pluralidade de materiais exigiu que eu me adaptasse rapidamente a diferentes tipos de revisão, considerando o público-alvo de cada material. A revisão de livros envolve um trabalho mais detalhado e extenso, pois o revisor precisa corrigir os desvios formais e garantir

que o texto mantenha uma unidade estilística e de conteúdo. A maioria dos livros que revisei eram exemplares antigos, nos quais me deparei com um português arcaico e rebuscado, típico da época em que foram escritos. Como estagiária em fase de adaptação, minha tendência inicial era atualizar essas palavras e expressões para a norma atual do português, ajustando-as ao uso moderno. No entanto, o contexto histórico das obras exigia que a linguagem original fosse preservada, respeitando o estilo da época e a intenção dos autores. Esse desafio me ensinou a importância da sensibilidade do revisor diante do contexto em que o texto está inserido e do gênero textual que estava trabalhando, uma vez que a função não é apenas corrigir desvios gramaticais, mas manter a integridade e a fidelidade da obra ao seu momento histórico. Trabalhei com textos que passavam por várias revisões, e minha função era “garantir” que as mudanças feitas em cada versão estivessem de acordo com os objetivos do trabalho, respeitando a voz do autor e as expectativas do público. Além do que o estágio na editora me abriu os olhos para as novas tendências do mercado editorial, especialmente no que diz respeito às publicações em formato físico e eletrônico.

E por fim, no estágio realizado no setor de comunicação, tive a oportunidade de expandir meu campo de atuação e explorar a revisão de textos em um ambiente mais dinâmico e multifacetado. Diferente dos estágios anteriores, aqui o desafio era revisar tanto textos acadêmicos quanto materiais publicitários e institucionais, voltados para a divulgação de eventos, campanhas institucionais e conteúdo de redes sociais. Essa experiência me proporcionou um entendimento mais amplo do uso da linguagem em diferentes contextos. No setor de comunicação, além de corrigir aspectos formais, como ortografia e gramática, foi necessário adaptar o tom e o estilo dos textos conforme o público-alvo e o meio de circulação. Um exemplo disso são os textos voltados para as redes sociais, que exigem uma abordagem mais direta e atrativa. Percebi que as revisões em sites, aplicativos e notícias diferem significativamente daquelas realizadas para textos acadêmicos. A linguagem utilizada nessas plataformas é mais informal e acessível, o que se reflete na estrutura dos textos. Um outro ponto que me chamou atenção foi a “proibição” de justificar os textos em plataformas digitais. Ao questionar essa prática, o setor de Tecnologia me explicou que essa escolha está relacionada a aspectos de memorização e aprendizagem. Quando os textos estão alinhados à esquerda, os espaçamentos entre as palavras ficam mais confortáveis para o cérebro, facilitando a leitura e a

assimilação da informação. Detalhes como esse ampliaram minha prática profissional e abriram portas para oportunidades de trabalho que eu jamais imaginei que teria.

Todo esse tempo nesses setores me proporcionou uma visão abrangente sobre as múltiplas facetas da revisão textual, desde o rigor acadêmico à flexibilidade exigida em ambientes mais dinâmicos. Esse percurso prepara para a atuação em contextos variados, nos treinando para todo tipo de demandas e projetos, seja ele acadêmico, editorial ou publicitário. Ademais, as novas tendências digitais vêm ampliando o campo de atuação, exigindo não apenas o domínio das regras formais da língua, como também habilidades em novas tecnologias e uma sensibilidade para as demandas do ambiente online. Portanto, para os profissionais e futuros revisores, é essencial compreender que a formação vai além da obtenção do diploma, demandando um contínuo aperfeiçoamento e atualização no campo da revisão textual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, exploramos o papel e a complexidade do revisor textual, com base na Análise de Discurso Francesa. Ao longo das discussões aqui explanadas, ficou evidente que o revisor não é apenas um profissional encarregado de revisar os aspectos formais da língua, mas um sujeito que atua na produção do autor. Essa mediação é influenciada pelas condições de produção, históricas e ideológicas que perpassam o discurso, de modo que o revisor é visto como um sujeito crítico no processo da construção do sentido.

Como Orlandi (2012) ressalta, o discurso deve ser entendido como conjunto de práticas discursivas que formam a sociedade ao longo da história. A ADF nos convida para olhar para o além do que está explícito, pois as palavras estão em constante movimentos, e o discurso, “por princípio, não se fecha. É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos, mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história” (Orlandi, 2012, 70). Com isso, podemos dizer que as palavras são ressignificadas a partir do contexto em que são expressas, ou seja, não tem nada verdadeiro ou absoluto.

Com a ADF e com a vivência prática nos estágios, minha visão é de um revisor multidimensional, exigindo não apenas habilidades técnicas, mas também uma sensibilidade para os contextos que envolvem as produções textuais. Em síntese, a Análise do Discurso Francesa proporciona uma lente crítica que enriquece a compreensão do papel do revisor textual, enfatizando a importância de sua atuação como mediador de sentidos. Assim, o revisor é não apenas um executor de correções, mas um agente criterioso nesse processo de produção e circulação textual, de modo que sua formação deve ser contínua e adaptável às novas demandas da sociedade contemporânea.

Apesar das contribuições deste estudo, ainda existem aspectos que podem ser investigados de forma mais aprofundada. Uma questão que pode ser aprofundada em pesquisas futuras é a interação entre o trabalho do sujeito revisor e o impacto das novas tecnologias, especialmente no contexto da revisão automatizada e das ferramentas de inteligência artificial. Sob a perspectiva da Análise de Discurso Francesa, essas novas ferramentas não devem ser vistas apenas como instrumentos técnicos, mas também como elementos que reconfiguram as condições de produção

dos textos, influenciando a circulação de sentidos. Isso levanta questões sobre como o sujeito-revisor se posiciona em relação a esses dispositivos e em que medida a subjetividade do revisor é afetada pela automação.

Além disso, novas investigações podem focar nas diferentes áreas de atuação do sujeito revisor e em como suas práticas se adaptam a contextos específicos, como na publicidade, no jornalismo ou em materiais acadêmicos. A partir da ADF, esses diferentes contextos demandam do revisor uma sensibilidade para os processos discursivos próprios de cada esfera, reconhecendo que os sentidos são construídos de maneiras diversas a depender das condições de produção, das formações ideológicas e dos interlocutores envolvidos.

Em suma, este estudo é um ponto de partida para novas reflexões sobre o papel do revisor textual. As lacunas aqui identificadas podem servir como incentivo para trabalhos futuros que explorem com mais profundidade o papel do revisor enquanto sujeito crítico na mediação dos sentidos no discurso.

REFERÊNCIAS

BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão. **V Seminário de estudos em análise do discurso**, Porto Alegre, 2011. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ufrgs.br/analisedodiscursivo/anaisdosead/5SEAD/SIMPOSIOS/RobertoLeiserBaronas.pdf. Acesso em: 07 set. 2024.

CAVALCANTI, Ivancil Tibúrcio. **O processo de legitimação profissional no relacionamento entre consultores organizacionais e seus clientes**. 2008. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/925>. Acesso em: 11 jul. 2024.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

FERREIRA, Maria Cristina. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Lume UFRGS**, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174068/000762425.pdf.txt?sequence=2>. Acesso em: 14 set. 2024.

FERREIRA, Maria Cristina. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Portal de Periódicos UFMS**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GADELHA, Hayle. Balé Caixa – Funk. Youtube, 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GEyqTVBIU_o: Acesso em: 10 jul. 2024.

GUEDES, Leticia Figueiredo. Revisão de textos: conceituação, o papel do revisor textual e perspectivas do profissional do texto. **Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente**. 2013. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7265/1/2013_LeticiaFigueiredoGuedes.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. *In*: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.

IVO, Diego. SEO para iniciantes: O que é Search Engine Optimization e como chegar ao topo do Google?. **Conversion**, 2024. Disponível em: <https://www.conversion.com.br/blog/o-que-e-seo/#:~:text=SEO%20%C3%A9%20um%20conjunto%20de,o%20tr%C3%A1fego%20e%20as%20convers%C3%B5es>. Acesso em: 05 ago. 2024.

LÍNGUA PORTUGUESA. Vem pra caixa você também! **Facebook**, 2014. Disponível em:

https://www.facebook.com/photo.php?fbid=895881230425849&id=271668552847123&set=a.271773609503284&locale=pt_BR . Acesso em: 19 set. 2024.

MALTA, Luiz Roberto. **Manual do revisor**. São Paulo: Editora WVC, 2000.

MIRANDA, Larissa Santos. Uma nova abordagem de revisão textual: o revisor com um olhar crítico e reflexivo. **Biblioteca digital da produção intelectual do discente**. 2014. Disponível em:

<https://bdm.unb.br/handle/10483/52/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Miranda%2C+Larissa+Santos>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (1969). Trad. Eni Orlandi. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

RIBEIRO, Ana Elisa. Revisão de textos e “diálogo” com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual. **GP Produção Editorial do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação – Portal Intercom**, Curitiba, PR, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/r4-2050-1.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2024.

ROCHA, Harrison da. **Um novo paradigma de revisão de texto**: discurso, gênero e multimodalidade. Brasília, 2012.

RODRIGUES, Marcos Henrique. Gutenberg e o letramento do ocidente. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/revistaeduclings/article/view/6331>. Acesso em: 11 ago. 2024.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.

SOBRAL, Adail; BARBOSA, Vanessa. Sobre tipos de revisão textual e suas redes enunciativas: uma proposta bakhtiniana. *In*: RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio; ASSIS, Juliana Alves (Orgs.). **No ritmo do texto**: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis: Artigo A, 2019.